



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELENCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO V SEMINÁRIO DO FÓRUM DO
MAR DOS PAÍSES DA CPLP**

“DESAFIOS JURÍDICOS NA GESTÃO E USO DO MAR”

Salão Nobre do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Díli, Timor-Leste
25 de novembro de 2025



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Excelentíssima Senhora Dra. Maria das Neves, Ex-Primeira-Ministra de São Tomé e Príncipe

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Membros do Governo

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Delegados da CPLP

Distintas e Distintos convidados

Senhoras e senhores,

É com grande honra e satisfação que participo na abertura deste V Seminário do Fórum do Mar dos Países da CPLP, dedicado ao tema “Desafios Jurídicos na Gestão e Uso do Mar”, um tema de enorme importância para os nossos países.

O mar, elemento comum e unificador da nossa comunidade de países, impõe uma reflexão conjunta para a implementação de boas práticas e de adaptação aos desafios globais que ameaçam o espaço marítimo global.

Apesar da complexidade destes desafios – jurídicos, tecnológicos e ambientais – sabemos que o mar é um fator indispensável para o crescimento económico sustentável e para o desenvolvimento social dos nossos países, atual e futuro. Como tal, a inação não é opção!

É, por isso, com orgulho, que acolhemos este Fórum em Díli. Aos que visitam Timor-Leste pela primeira vez, quero expressar as minhas mais calorosas boas-vindas. Aos que regressam ao nosso país, sejam bem-vindos novamente!

Senhoras e Senhores,

Como sabem, Timor-Leste é o único país da CPLP localizado no Sudeste Asiático. Aliás, muito recentemente, tornou-se oficialmente o 11.º membro da ASEAN, um momento considerado histórico, não só pelos anos de espera, como de preparação das instituições do nosso, ainda, Estado frágil.

Esta integração regional, mais do que uma conquista do povo timorense, representa novas oportunidades de cooperação económica e política.

E representa também novas responsabilidades para o país. Uma destas, que assumimos com vontade, é a de reforçar a proximidade, a amizade e a cooperação entre os países do Sudeste Asiático e os países da CPLP.

Apesar da distância geográfica, a nossa relação com a CPLP é única e genuína, transcendendo fronteiras e o oceano. A nossa ligação, mais do que enraizada numa língua comum, tem como base a solidariedade, valores e objetivos partilhados.

E isto nunca foi tão importante como nesta época em que vivemos, pautada por incertezas, tensões e fragmentação a nível global. Tendo como inspiração o mar, digo-vos que a nossa cooperação pode ser: profunda, mas serena, e ambiciosa, mas consistente.

O mar que nos une define, de muitas maneiras, quem somos. Para cada uma das nossas nações, o mar tem um significado especial. Ele reflete a nossa identidade, a nossa matriz cultural e social e a nossa visão de desenvolvimento económico.

É a corrente que liga o mundo lusófono, desde o Atlântico até ao oceano do Índico ao Pacífico. Os nossos 9 países litorais, com os respetivos espaços marítimos, representam mais do que 5% da área marítima global sob a soberania e jurisdição dos Estados costeiros em todo o mundo.

Senhoras e Senhores,

Reconhecendo esta importância primordial, há quinze anos, a CPLP reuniu-se para lançar a estratégia da CPLP para o oceano, fundamental para a cooperação marítima entre os países de língua portuguesa.

Desde então, a governação do oceano e a promoção de ações conjuntas entre os Estados-membros para a proteção do meio marinho e o desenvolvimento sustentável das comunidades lusófonas tem sido mais uma causa comum aos nossos países.

Em 2016, Timor-Leste teve a honra de acolher uma destas reuniões, com vista a reforçar o compromisso e visão integrada para a utilização sustentável dos mares sob as nossas jurisdições nacionais, através da cooperação internacional, adotando-se o Plano de Ação de Díli para a implementação da Estratégia Oceânica da CPLP.

Acordámos várias áreas específicas de colaboração, incluindo a criação do Atlas Oceânico da CPLP, a cooperação na preparação de propostas sobre a plataforma continental alargada, a promoção da investigação científica marinha e da conservação marinha e o intercâmbio de informações sobre a investigação mineral em águas profundas.

Apoiámos também iniciativas educativas, incluindo o projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil, com o objetivo de os sensibilizar para a importância do oceano no nosso futuro coletivo.

Já no início deste mês, os nossos ministros reafirmaram o potencial transformador da Economia Azul, reiterando o compromisso com uma série de prioridades, com destaque para a preservação da biodiversidade marinha e a gestão da pesca sustentável, com a atualização da “Estratégia da CPLP para o Oceano”, através do Plano de Ação 2025-2027.

Tudo isto demonstra que, embora o nosso progresso possa ser gradual, continua a ser consistente e determinado.

Senhoras e senhores,

Hoje, gostaria de refletir sobre três pontos que, na minha opinião, merecem a nossa atenção e empenho.

Em primeiro lugar, a soberania marítima e a resolução de fronteiras, em segundo lugar, a promoção da Economia Azul para o desenvolvimento sustentável e, em terceiro lugar, como poderemos projetar, ainda mais, a nossa visão estratégica para o oceano.

1. Soberania marítima e resolução de fronteiras

Estabelecer uma definição clara dos nossos espaços marítimos, incluindo o nosso mar territorial, as zonas económicas exclusivas e as plataformas continentais, é o primeiro e fundamental passo para desenvolver e utilizar os nossos recursos de forma responsável.

É a base da soberania, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do oceano. Sem clareza sobre quem governa cada área do mar, é difícil, se não impossível, planear, gerir, utilizar e proteger os recursos marinhos de forma eficaz.

Para Timor-Leste, a finalização da delimitação das fronteiras marítimas tem sido uma prioridade nacional desde a restauração da nossa independência.

Por isso tomámos a decisão, sem precedentes, de iniciar a primeira conciliação obrigatória ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) para delimitar a nossa fronteira marítima no Mar de Timor com a Austrália. Este país optou por não aderir aos mecanismos vinculativos de resolução de litígios ao abrigo da CNUDM, levando a um impasse nas negociações de fronteiras marítimas.

Esta decisão não foi tomada de ânimo leve. Foi tomada após amplas consultas com todas as partes relevantes e, mais importante ainda, ouvindo a vontade do nosso povo.

A decisão de iniciar um processo internacional ainda não testado acarretava riscos e incertezas. Embora o processo de conciliação obrigatória ao abrigo da CNUDM exija que as partes participem em negociações de boa-fé, com a assistência de cinco conciliadores que são advogados e especialistas internacionais de renome, é importante notar que o processo não é vinculativo.

Se as partes não conseguissem chegar a um acordo no prazo de um ano, os conciliadores emitiriam um relatório e recomendações para a consideração das partes.

O processo pode ser prorrogado por mútuo consentimento. No caso de Timor-Leste e da Austrália foi prorrogado por mais seis meses, durante os quais a Comissão de Conciliação trabalhou em estreita colaboração com ambas as partes para negociar acordos especiais para o campo de gás natural do Greater Sunrise com os parceiros da Joint Venture.

Embora compreendêssemos todos os riscos e incertezas, esta foi a única opção viável disponível para delimitar a nossa fronteira marítima com a Austrália.

Esta conquista é uma prova do princípio de que as disputas entre nações, mesmo aquelas que envolvem questões complexas e sensíveis, podem e devem ser resolvidas pacificamente e de acordo com o direito internacional.

A finalização da nossa fronteira marítima também marcou um ponto de viragem significativo nas nossas relações bilaterais com a Austrália. Permitiu que ambos os países avançassem com uma confiança renovada, concentrando-se em novas áreas de cooperação, incluindo na defesa, economia, tecnologia e conectividade.

Estamos atualmente em processo de negociações com a Indonésia para concluir a delimitação da nossa fronteira marítima.

As lições aprendidas com esta jornada são relevantes para todos nós. Em todo o mundo, quase duzentas fronteiras marítimas continuam por resolver. Só no continente africano, apenas cerca de 35% das fronteiras marítimas foram delimitadas. Desafios semelhantes são evidentes no Sudeste Asiático, no Pacífico e nas Caraíbas.

A região do Pacífico, em particular, está cada vez mais vulnerável aos impactos acelerados das alterações climáticas e da subida do nível do mar. Estas alterações estão a alterar as linhas costeiras e a acrescentar uma nova urgência para que os Estados delimitem as suas zonas e fronteiras marítimas.

Finalizar as fronteiras não é uma tarefa simples. É um processo nacional complexo que envolve considerações históricas, geográficas, políticas, jurídicas, sociais e económicas.

Fronteiras não resolvidas podem dificultar a gestão de recursos e enfraquecer a aplicação da lei. Podem criar lacunas no oceano onde prosperam atividades ilegais, incluindo a pesca ilegal, tráfico e crimes ambientais.

Podem também conduzir a tensões e conflitos entre nações, que por sua vez podem alargar-se à instabilidade regional ou mesmo internacional. A tensão no Mar do Sul da China e o recente conflito entre a Tailândia e o Camboja são exemplos claros de instabilidade regional causada por disputas de fronteiras.

Por essa razão, encorajo todos os Estados-Membros da CPLP a continuarem a reforçar o diálogo e a cooperação com vista à delimitação pacífica e equitativa das fronteiras marítimas, em conformidade com o direito internacional e, em particular, com os princípios da CNUDM.

2. Promoção da Economia Azul para o desenvolvimento sustentável

A segunda questão é a promoção da Economia Azul, que tem um enorme potencial para o desenvolvimento sustentável das nossas nações.

Timor-Leste está situado no coração do Triângulo do Coral. Beneficia, como tal, não só de uma rica biodiversidade marinha, e de um imenso potencial de desenvolvimento económico, mas também de uma responsabilidade acrescida na saúde ecológica do planeta.

As nossas águas servem de corredor crítico para espécies migratórias, como as baleias-azuis-pigmeias. Esta é, aliás, a altura certa do ano para avistar baleias e golfinhos na nossa costa. Se tiverem oportunidade, não deixem de o fazer.

O Governo de Timor-Leste aprovou, recentemente, a versão preliminar da “*Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste, 2025-2035*”. Esta política, atualmente em fase de finalização após um alargado processo de consulta pública, representa uma estratégia para uma abordagem moderna, ambientalmente responsável e centrada nas pessoas, com vista ao desenvolvimento sustentável da nação.

A Política e Plano de Ação pretende ser um roteiro para o crescimento integrado e inclusivo dos setores costeiros, marinhos e marítimos do país.

É para nós urgente diversificar a nossa economia, gerar rendimentos para o nosso povo e criar oportunidades de emprego para os nossos jovens. Por outro lado, com esta Política, contribuímos assim também para a visão alargada da CPLP de promoção, desenvolvimento e conservação dos recursos marinhos e dos seus ecossistemas.

Louvo, por isso, as minhas irmãs e os meus irmãos da CPLP que já deram passos importantes nesta jornada.

Portugal tem demonstrado liderança nos domínios da ciência, tecnologia e conservação marinhas, figurando entre os poucos países que dedicaram mais de 30% das suas áreas marinhas à conservação.

Cabo Verde promoveu o ecoturismo marinho sustentável.

O Brasil fez progressos significativos nas áreas da conservação e da promoção da literacia oceânica.

São Tomé e Príncipe viu classificado todo o seu território como Reserva da Biosfera da UNESCO.

Muitos de vocês iniciaram este processo muito antes de nós, e estamos a aprender com as vossas experiências para ver como elas podem ser adaptadas ao nosso contexto.

Devemos continuar a garantir que não somos meros seguidores ou facilitadores para que somente os países desenvolvidos explorem e beneficiem do oceano, enquanto os nossos povos dependem deles para a sua subsistência.

3. Como projetar a visão estratégica da CPLP para o oceano

O último ponto que gostaria de levantar é o da projeção da visão estratégica da CPLP.

O potencial é vasto, mas o caminho para o alcançar nem sempre é fácil. Como pequeno Estado insular em desenvolvimento, e acredito que os meus colegas das pequenas nações insulares da CPLP se podem identificar com esta situação, enfrentamos o isolamento geográfico, mercados limitados e restrições tecnológicas e de capacidade humana.

Apesar da nossa biodiversidade marinha e potencial natural, carecemos, em muitas áreas, da capacidade, tecnologia e conhecimentos especializados necessários para explorar e beneficiar plenamente destes recursos. Esta desigualdade no acesso ao conhecimento e ferramentas aumentou o fosso entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, particularmente os pequenos Estados insulares e costeiros como os nossos.

Estas realidades significam que o nosso caminho não pode espelhar o dos países industrializados. No entanto, isto não deve ser visto como uma limitação. É, sim, um apelo à criatividade e à determinação.

Temos de garantir que o nosso caminho de desenvolvimento se adapta às nossas realidades, é assumido pelo nosso povo e orientado pelas prioridades que identificamos. Não pode ser só decidido por nós. Tem não só de ser decidido, mas também liderado e implementado por nós, com o apoio dos parceiros internacionais de desenvolvimento.

Hoje, a tecnologia é a chave para desbloquear o potencial do oceano, desde o mapeamento do fundo do mar até à monitorização da pesca ilegal e ao avanço da biotecnologia marinha. No entanto, muitas das nossas nações permanecem à margem destes avanços.

Por exemplo, ao abordar as alterações climáticas, que são um desafio global central, é importante reconhecer que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento não são responsáveis pelo aumento das temperaturas globais. Portanto, embora partilhemos a responsabilidade de enfrentar esta crise, os nossos esforços devem levar em consideração a necessidade de melhorar o bem-estar e os meios de subsistência do nosso povo, muitos dos quais ainda vivem na pobreza, bem como a nossa capacidade e contribuição limitadas para o problema.

Aliás, desde o Acordo de Paris, as emissões de gases de efeito de estufa são 10% mais elevados do que há dez anos. A resposta às alterações climáticas, incluindo através da adoção de soluções de energia verde, requer tecnologia e capacidade. Na realidade, menos de 1% do investimento e da transferência de tecnologia relacionados com o clima chega aos países em desenvolvimento, tornando extremamente difícil para nós alcançar uma transição justa.

Um desafio semelhante existe em relação à poluição marinha por plásticos. Os estilos de vida das pequenas ilhas e dos países em desenvolvimento geram muito menos resíduos plásticos do que os dos países desenvolvidos. No entanto, para enfrentar este problema global, precisamos de recursos financeiros, tecnologia e conhecimento sobre como gerir e reciclar resíduos, que continuam a ser limitados na maioria dos nossos países.

Mais recentemente, temos acompanhado as discussões sobre a mineração em águas profundas na Área e o potencial económico dos recursos genéticos marinhos encontrados dentro e fora das jurisdições nacionais. Para regulamentar e garantir o acesso justo e a partilha de benefícios, as Nações Unidas adotaram recentemente o terceiro acordo de implementação ao abrigo da CNUDM, relativo à “Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha das Áreas Fora da Jurisdição Nacional” (Acordo BBNJ/Tratado de Alto Mar), tendo já alguns dos nossos países, onde se inclui Timor-Leste, ratificado este instrumento.

Embora acolhamos com agrado as novas descobertas científicas e os avanços tecnológicos, temos de reconhecer que muitos dos nossos países ainda carecem da capacidade técnica e tecnológica para participar ativamente nestes campos emergentes.

A CPLP, com a sua diversidade e língua e objetivos de desenvolvimento comuns, pode desempenhar um papel único na promoção da participação equitativa. Podemos fazê-lo moldando os debates internacionais de forma a refletir os nossos interesses comuns e reforçando a cooperação nas áreas da ciência, investigação, educação e inovação.

Juntos, podemos construir uma plataforma lusófona para o intercâmbio de tecnologia oceânica, ligando as nossas universidades, institutos de investigação e indústrias em todos os continentes.

Juntos, podemos projetar a nossa voz com mais conhecimento e autoridade.

Queridos amigos,

A nossa história mostra que o oceano sempre foi uma ponte, nunca uma barreira, entre os nossos povos. Transportou os nossos antepassados, a nossa língua comum e os nossos traços culturais por todo o mundo.

Hoje, transporta a nossa esperança partilhada de uma vida melhor para os nossos povos e a nossa responsabilidade coletiva por um futuro sustentável.

Vamos continuar a fortalecer esta cooperação, a proteger o nosso oceano, a capacitar os nossos cidadãos e a garantir que as gerações futuras herdem não um mar de desafios, mas um mar de oportunidades no qual possam participar plenamente e com orgulho.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão